

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2024**  
**(Processo Administrativo Licitatório n.º 14/2024)**

Torna-se público que o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-CIDES, através de sua Agente de Contratação, realizará Contratação Direta por Dispensa, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, da Resolução CIDES nº 11/2023 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis.

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.1.** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de itens e materiais gráficos, incluindo banner, folheto, bloco de anotação, panfleto e tripé para banner, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANT	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA
1	Livretos/folder tamanho aberto 21 x 30 centímetros em papel couché com gramatura 150 – O layout e as escritas serão informados oportunamente, com envio e modelo fornecido pelo CIDES.	Unidade	3.500	Uberlândia/MG, CEP 38.402-349	<b>05 dias</b> , após o envio da ordem de entrega.
2	Banners tamanho 0,80 x 1,20 metros impresso em lona, com corda para pendurar – O layout e as escritas serão informados oportunamente, com envio e modelo fornecido pelo Cides.	Unidade	5	Uberlândia/MG, CEP 38.402-349	<b>05 dias</b> , após o envio da ordem de entrega.
3	Confecção de 500 blocos de anotação personalizado com <b>20 folhas cada</b> , nas dimensões: 14 cm x 10 cm, folhas internas em papel	Bloco	500	Uberlândia/MG, CEP 38.402-349	<b>05 dias</b> , após o envio da ordem de entrega.

	sulfite 75G, capa e contracapa em papel couchê brilho 115G, acabamento por blocagem, com personalização a ser definida pelo contratante.				
4	Panfletos (frente e verso – 1 página) tamanho 21 x 15 centímetros em papel couchê com gramatura 115 – O layout e as escritas serão informados oportunamente, com envio e modelo fornecido pelo CIDES.	Unidade	1000	Uberlândia/MG, CEP 38.402-349	<b>05 dias</b> , após o envio da ordem de entrega.
5	Tripé para banner, com altura de 2 metros, com material feito de alumínio, aço ou plástico resistente, equipado com cliques, ganchos ou suportes que segurem o banner de forma segura.	Unidade	4	Uberlândia/MG, CEP 38.402-349	<b>05 dias</b> , após o envio da ordem de entrega.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante entrega de proposta, na sede do CIDES – endereço no rodapé – ou por envio via mensagem de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: [assistente@cides.com.br](mailto:assistente@cides.com.br).

2.1.1. O fornecedor é o responsável por todo material enviado ou entregue, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007.

### 3. DO ENVIO DE PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O fornecedor deverá enviar sua proposta de preços, na forma deste item, no **prazo de até 03 (três) dias úteis após a publicação deste Aviso**.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, fisicamente ou por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos acima.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

- 3.4.1. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais e equipamentos, necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

### **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 3.9. Encerrado o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 3.10. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 3.10.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 3.10.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 3.10.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa, com posterior publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no site do CIDES.
- 3.11. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último preço apresentado.
- 3.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 3.13.1. contiver vícios insanáveis;

- 3.13.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 3.13.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 3.13.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 3.13.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 3.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 3.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo CIDES, desde que não haja majoração do preço.
  - 3.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 3.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 3.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 3.17. Se a proposta inicial ou a negociada for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 3.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 3.19. O julgamento das propostas será registrado em ata e o ato de negociação, se houver, bem como o resultado do julgamento serão publicados no sítio eletrônico oficial do CIDES e em diário oficial.

#### 4. HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.
- 4.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 4.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 4.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 4.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 4.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 4.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 4.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 4.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 4.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 4.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 4.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 4.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de

contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**Nota Explicativa:** A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

- 4.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 4.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 4.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 5. CONTRATAÇÃO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 5.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
  - 5.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 5.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
  - 5.2.3. Admitir-se-á assinatura eletrônica, ou aceite eletrônico da nota de empenho, desde que se trate de assinatura eletrônica simples, nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e reconhecida por autoridade certificadora.
- 5.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 5.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 5.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 5.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 5.4. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogável conforme o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

As dotações orçamentárias que sustentarão as despesas dessa contratação, de acordo com o orçamento vigente do CIDES, são:

10.2.0001.04.122.1001.3.3.90.39  
44.2.0010.04.122.1002.3.3.90.39  
76.2.0017.06.182.1002.3.3.90.39  
30.2.0007.20.608.1002.3.3.90.39  
06.2.0001.04.122.1001.3.3.90.30

## 6. SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:
  - 6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;



- 6.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de propostas.
- 6.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 6.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

## **7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no site do CIDES.

7.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

7.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

7.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

7.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

7.3. As providências dos subitens 7.2.1 e 7.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

7.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

7.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e na documentação relativa ao procedimento.

7.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos

e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.11. Da sessão pública será divulgada Ata no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no site do CIDES.

7.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 7.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
- 7.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;
- 7.12.3. ANEXO III – Modelo de Ordem de Entrega;
- 7.12.4. ANEXO IV – Proposta de Preços;
- 7.12.5. ANEXO V – Declarações.
- 7.12.6. ANEXO VI – Modelo de Layout dos Itens de Gráfica

Uberlândia/MG, 05 de agosto de 2024

**EUNICE HENRIQUES PEREIRA VILELA**  
Agente de Contratação do CIDES

## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### 1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade



Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO:                   REGULAR                   A**  
**AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE ITENS E**  
**MATERIAIS GRÁFICOS.**

### 1. REQUISIÇÃO DO SETOR TÉCNICO RESPONSÁVEL

DEPTO. REQUISITANTE: DIRETORA EXECUTIVA

SERVIDOR(ES) RESPONSÁVEL(IS): ECIONE CRISTINA MARTINS PEDROSA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

##### 1.1. Geral:

Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de itens e materiais gráficos, incluindo banner, folheto, bloco de anotação, panfleto e tripé para banner, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

##### 1.2 Descrição Detalhada:

1.2.1 O objeto do presente processo é a seleção de propostas visando a aquisição de itens de e materiais gráficos, incluindo banner, folheto, bloco de anotação, panfleto e tripé para banner, conforme especificações mencionadas abaixo deste Termo de Referência, para atender as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES em sua sede e nas suas atividades.

1.2.2 O objeto terá como critério de julgamento por menor preço por item, incluso no preço ofertado todos os custos com fornecimento e entrega (frete, por exemplo).

1.2.3 A entrega será de acordo com as ordens de entrega contendo as especificações necessárias e quantidade, emitidas pela Diretoria Executiva, de forma a atender as demandas do CIDES.

1.2.4 A entrega deve ser em até 5 (cinco) dias após o envio da ordem de serviço e entrega.

1.2.5 Mais detalhadamente, o orçamento da empresa participante deve embarcar os seguintes itens:

Item	Quantidade
Livretos/folder tamanho aberto 21 x 30 centímetros em papel couché com gramatura 150 – O layout e as escritas serão informados oportunamente, com envio e modelo fornecido pelo CIDES.	3.500
Banners tamanho 0,80 x 1,20 metros impresso em lona, com corda para pendurar – O layout e as escritas serão informados oportunamente, com envio e modelo fornecido pelo Cides.	5

Confecção de 500 blocos de anotação personalizado com <b>20 folhas cada</b> , nas dimensões: 14 cm x 10 cm, folhas internas em papel sulfite 75G, capa e contracapa em papel couchê brilho 115G, acabamento por blocagem, com personalização a ser definida pelo contratante.	500
Panfletos (frente e verso – 1 página) tamanho 21 x 15 centímetros em papel couchê com gramatura 115 – O layout e as escritas serão informados oportunamente, com envio e modelo fornecido pelo CIDES.	1000
Tripé para banner, com altura de 2 metros, com material feito de alumínio, aço ou plástico resistente, equipado com cliques, ganchos ou suportes que segurem o banner de forma segura.	4

### 1.3 Adjudicação:

- Por item.  
 Por grupo de itens.  
 Global.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (justificativa da necessidade):

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-CIDES, para desenvolvimento satisfatório das atividades e ações a que se propôs, especialmente por intermédio de seu Protocolo de Intenções, necessita a aquisição de material gráfico, incluindo banner, folheto, bloco de anotação, panfleto e tripé para banner.

Atualmente, o CIDES desenvolve o Serviço de Inspeção Municipal SIM-CIDES, PROCON, CIRRD – (Coordenadoria Intermunicipal para Redução do Risco de Desastres), ademais os materiais gráficos são essenciais para divulgar programas, serviços, e outras informações relevantes promovendo a transparência e o direito à informação, tendo a facilitação do atendimento ao cidadão como guias informativos dentre eles livretos e panfletos, ajudando aos cidadãos a entenderem os serviços oferecidos, melhorado a eficiência do atendimento, dentre eles e importante a sinalização e orientação utilizando banners.

Embora a produção de materiais gráficos envolva custos, os benefícios em termos de comunicação eficaz, melhoria do atendimento justifica o investimento.

Assim sendo, fica, portanto, justificada a abertura do presente processo, com as condições e exigências fixadas.

## 3 ALGUM REQUISITO ESPECÍFICO E OBRIGATÓRIO? SE SIM, DETALHAR E JUSTIFICAR.

Não.

## 4 ALGUM REQUISITO DESEJÁVEL, MAS NÃO OBRIGATÓRIO? SE SIM, DETALHAR E JUSTIFICAR.

Não.

**5 ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO** – baseada em pesquisas prévias com fornecedores; consultas a sites especializados; etc. – **indicar a(s) fonte(s):**



**6 LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

Deverá ser entregue na sede do CIDES no prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento da ORDEM DE ENTREGA.

**7 INFORMAÇÕES/OBRIGAÇÕES GERAIS DA FUTURA CONTRATADA.**

.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo respectivo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120).

7.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



7.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **2. PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO DO OBJETO**

2.1 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

2.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

## **3. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da nota de empenho;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

3.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme regras já expostas.

3.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

3.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.14. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.15. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

3.16. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

#### **4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- a) Cumprir todas as obrigações expostas no item 8 da Requisição, denominado “Informações Complementares”;
- b) Cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa e anexos, bem como em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- e) O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado dos respectivos manuais, com uma versão em português, e da relação da rede de manutenção/revisão autorizada;
- f) A contratada deverá garantir o fornecimento de peças para o equipamento pelo prazo de vida útil do bem, conforme art. 32 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- h) Substituir, às suas expensas, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- i) Comunicar o Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- j) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Indicar e manter meios de comunicação eficientes, durante e após a execução do objeto.

## 5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CIDES.

5.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

10.2.0001.04.122.1001.3.3.90.39

44.2.0010.04.122.1002.3.3.90.39

76.2.0017.06.182.1002.3.3.90.39

30.2.0007.20.608.1002.3.3.90.39

06.2.0001.04.122.1001.3.3.90.30

5.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Resolução Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 6. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

6.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- d) Multa:
  - I – moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - II – compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 133, §1º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 132, §2º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 148 da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda

desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 138, I da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 160 da Resolução CIDES 11/2023):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f) situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 176 da Resolução CIDES 11/2023.

Uberlândia/MG, 05 de agosto de 2024.



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

---

**LIDIANY SILVA ABREU**  
Membro da comissão de  
contratação/equipe de apoio

---

**NATASHA MATTAR RIBEIRO**  
Membro da comissão de  
contratação/equipe de apoio

---

**NAYARA RIBEIRO SOARES**  
Membro da comissão de  
contratação/equipe de apoio

*Aprovado por:*

**EUNICE HENRIQUES PEREIRA VILELA**  
Agente de Contratação



**ANEXO III**

**MODELO DE ORDEM DE ENTREGA Nº xx/2024**

O **Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES**, inscrito no CNPJ sob nº 19.526.155/0001-94, **REQUISITA** a fornecedora XXXXXXXX – (CNPJ xxxxxxxx), contratada via Processo Licitatório 14/2024, Dispensa de Licitação 10/2024, a entrega dos itens abaixo descritos, observadas as disposições pactuadas e normas correlatas vigentes:

ITEM	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
		Sede do CIDES – Av. Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, nº 3.180 – Distrito Industrial   CEP: 38.402-349 – Uberlândia-MG.	03 (três) dias corridos, contados do recebimento desta Ordem.

Acompanha esta Ordem de Entrega a respectiva Nota de Empenho para conhecimento e aceite.

Uberlândia/MG, xx de xxxxxxx de 2024.

**EUNICE HENRIQUES PEREIRA VILELA**  
**Agente de Contratação do CIDES**





## ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2024 PROCESSO LICITATÓRIO 10/2024

Ao Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES

**Objeto:** CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ITENS E MATERIAIS GRÁFICOS

Apresentamos a nossa **PROPOSTA DE PREÇOS**, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo II deste Processo.

O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

ITEM	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
1		
2		
3		

\_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome:

CPF:

Cargo:



## ANEXO V – DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE IDADE

Ao Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES

#### PROCESSO LICITATÓRIO 04/2024 – DISPENSA 02/2024

**Objeto:** Contratação por dispensa de licitação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de itens e materiais gráficos

\_\_\_\_\_ (nome do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ Órgão expedidor \_\_\_\_\_ e do C.P.F nº \_\_\_\_\_,

#### DECLARA:

- a) Ter ciência e ter aceitado de todas as condições exigidas neste Processo para contratação e posterior liquidação e pagamento pela Administração Pública; e
- b) Para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Uberlândia/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Licitante:

Nome:

CPF:

Cargo:

## ANEXO VI – MODELO DE LAYOUT DOS ITENS DE GRÁFICA

**Livretos/folder** tamanho aberto 21 x 30 centímetros em papel couché com gramatura 150- PROCON, SIM-CIDES E CIRRD.

### PARTE DE DENTRO DO LIVRETO – PROCON – 1000 UNIDADES



**Cuidado com golpes:**

- ❖ **Desconfie** de instituições bancárias **solicitando senha** ou dados via telefone. Desligue imediatamente.
- ❖ **Troque de aparelho telefônico** ou **espere** um tempo antes de ligar para o banco ao suspeitar de golpe.
- ❖ **Bancos nunca pedem senha, token** ou enviam **funcionários** para buscar cartões na sua casa.
- ❖ **Verifique a confiabilidade** das lojas onde você compra, usando o **Google** e o **Reclame Aqui**.
- ❖ **Não confirme dados por telefone**, vá até a agência bancária
- ❖ **Não aceite ajuda** de desconhecidos, prefira usar **caixas dentro da agência**.
- ❖ Em **caso de dúvida**, consulte o **Procon** ou um **advogado**.

**Ação após cair em golpe:**

- ❖ **Contate a instituição** e registre o **boletim de ocorrência**.
- ❖ Inclua a **fatura do cartão** com gastos indevidos e a **conta telefônica** demonstrando a **ligação**.

**Descontos indevidos no INSS:**

- ❖ **Verifique o extrato** do seu benefício do **INSS** regularmente.
- ❖ Procure o **Procon** ou um **advogado** ao notar **descontos indevidos**.
- ❖ **Bloqueie descontos** de consignados no **Portal Meu INSS**.
- ❖ **Fique atento** a descontos de **associações ou entidades** que você não faz parte.

**PROCON**  
REGIONAL CIDES

PARTE DE FORA DO LIVRETO – PROCON

## Direitos do consumidor

- **Direito de arrependimento:**  
Para compras fora do estabelecimento (internet ou telefone), você pode desistir em até 7 dias após o recebimento do produto.
- **Venda casada:**  
É proibido condicionar a venda de um produto ou serviço à compra de outro.
- **Direito à informação:**  
Consumidores têm direito a informações claras e precisas sobre produtos e serviços.
- **Forma de pagamento:**  
Estabelecimentos podem diferenciar preços conforme a forma de pagamento, desde que informem claramente.

## Na dúvida procure o PROCON

### Santa Vitória

Av: Amazonas, nº 1456,  
(34) 3832-0000 / 3251-8568

### Araporã

Av: Tancredo de Al. Neves, nº 51  
(34) 3254-9617

### Campina Verde

Rua: 14, nº 1358  
(34) 3412-2917

### Cascalho Rico

Rua: Aréio Santos, nº 769  
(34) 3254-9617

### Douradoquara

Rua: Antônio Davi Ramos, nº 340  
(34) 99824-9440

### Indianópolis

Praça Urias José da Silva, nº 42  
(34) 3245-2587

### Nova Ponte

Rua Miguel José Pontes, nº 1109  
(34) 3254-9617

### Prata

Praça XV de Novembro, nº 35  
(34) 3431-4376



## PROCON INFORMA:

**Proteja-se de Golpes e  
Conheça Seus Direitos  
como Consumidor!**



## PARTE DE DENTRO DO LIVRETO (CIRRD) – 1.500 UNIDADES

### O QUE É O PERÍODO DE ESTIAGEM?

O período de estiagem é uma fase do ano marcada por mudanças climáticas significativas que aumentam o risco de incêndios florestais:

- **Temperaturas mais elevadas:** O sol intenso resseca a vegetação.
- **Umidade do ar reduzida:** O ar seco facilita a propagação do fogo.
- **Ventos frequentes:** Ventos espalham o fogo rapidamente.
- **Longos períodos sem chuva:** A falta de chuvas deixa a vegetação ainda mais vulnerável.

**Principais causas dos incêndios em vegetação:**

- ✓ Vandalismo
- ✓ Queima para plantios e limpeza
- ✓ Queima de lixo
- ✓ Bitucas de cigarro
- ✓ Fogueiras mal apagadas
- ✓ Balões
- ✓ Fogos de artifício

### CONSEQUÊNCIAS DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- **Impactos Negativos no Clima:** O aumento do gás carbônico devido aos incêndios florestais intensifica o efeito estufa, contribuindo para o superaquecimento global. A fumaça liberada também impede a formação de chuvas, agravando a seca em várias regiões.
- **Problemas de Saúde:** A fumaça dos incêndios causa diversos problemas de saúde, incluindo doenças respiratórias (bronquite, asma, infecções), problemas cardiovasculares e neurológicos, desconforto (dor de cabeça e náuseas), problemas oculares (conjuntivite), alergias e intoxicações, além de aumentar a incidência de câncer.
- **Degradação do Solo:** Erosão e assoreamento de rios e córregos.

### PREVENÇÃO:

- **Evite queimadas:** Opte por capina manual ou roçadeira ao limpar terrenos. Jamais utilize fogo, pois ele pode se alastrar rapidamente e causar um grande incêndio.
- **Descarte de cigarros:** Jogue pontas de cigarro em local seguro e nunca pelas janelas de veículos.
- **Fogueiras seguras:** Ao acampar, certifique-se de que as fogueiras estejam completamente apagadas antes de ir embora. Utilize água ou terra/areia em abundância para extinguir o fogo.
- **Limpeza de terrenos:** Mantenha lotes sempre limpos e livres de material seco e inflamável.
- **Fogos de artifício:** Evite soltar fogos de artifício próximos a áreas de vegetação. Prefira locais seguros e distantes de matas.
- **Educação ambiental:** Promova e participe de campanhas de conscientização sobre a prevenção de incêndios. A educação é fundamental para a prevenção.

## PARTE DE FORA DO LIVRETO – CIRRD

**DENUNCIE:**

Se presenciar atitudes que possam causar incêndios, denuncie imediatamente:

**190:** Polícia Militar  
**193:** Corpo de Bombeiros Militar  
**181:** Disque Denúncia Unificado  
(sigilo garantido)

**AÇÃO RÁPIDA EM CASO DE INCÊNDIO**

Se avistar um incêndio em vegetação, ligue imediatamente para o Corpo de Bombeiros Militar pelo telefone 193 ou para a Brigada local quando houver. A rápida comunicação garante o combate ao fogo e minimiza os danos ao meio ambiente.

Lembre-se: Provocar incêndios em matas ou florestas é crime, punido com reclusão de 2 a 4 anos e multa (Lei Federal 9.605/98).

**PROTEJA O MEIO AMBIENTE E EVITE INCÊNDIOS EM VEGETAÇÃO!**

A **Coordenadoria Intermunicipal para Redução de Risco de Desastres (CIRRD)** e a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC)** atuam para prevenir e evitar os efeitos dos **Incêndios em Vegetação**.

A preservação do meio ambiente é responsabilidade de todos nós.



LIVRETO – SIM-CIDES – 1000 UNIDADES



## SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM CIDES

O SIM CIDES consiste em um serviço de inspeção de gestão consorciada, que atende os municípios participantes do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES. Inaugurado em 2019, seu início se deu a partir da necessidade de regularização de pequenas agroindústrias de produtos de origem animal instaladas em municípios da região.

**Os benefícios são tanto para quem produz quanto para quem consome os produtos inspecionados:**

- Segurança alimentar
- Produtos de qualidade
- Geração de empregos e de renda
- Aumento de mercado das empresas regularizadas



### A importância do selo SIM: Segurança Alimentar

As doenças de origem alimentares (DTA's) são um importante problema de saúde pública em todo o mundo, são responsáveis por altas taxas de mortalidade. Portanto, é um direito do consumidor o acesso a alimentos seguros e de qualidade, produzidos de maneira controlada e sustentável, e que não apresentam risco a saúde e ao meio ambiente. Os estabelecimentos registrados junto ao SIM CIDES estão aptos a comercializarem seus produtos identificados com o selo SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que garante ao consumidor, portanto, a segurança dos alimentos produzidos.

### Quais produtos podem receber o selo SIM?

O selo SIM é destinado aos estabelecimentos que produzem alimentos de origem animal:

- carnes e derivados
- pescado e derivados
- ovos e derivados
- leite e derivados
- produtos de abelhas e derivados





Assim, os empreendedores poderão, a partir do registro do seu estabelecimento ao SIM CIDES, comercializar seus produtos de forma legalizada em todos os municípios consorciados, inclusive em pontos de venda como padarias, restaurantes, mercearias e supermercados. Além disso, poderão participar do mercado institucional, como o PNAE (**Programa Nacional de Alimentação Escolar**) e o PAA (**Programa de Aquisição de Alimentos**).



#### SIM CIDES nos municípios:

Ligado à Secretaria ou Departamento de Agricultura, é regulamentado por Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Instruções Normativas e outros.



#### Trabalho:

Voltado para o desenvolvimento econômico regional sustentável na forma de gestão associada aos municípios, para o desenvolvimento de políticas públicas comuns aos entes federados.

### A Adesão ao SISBI-POA?

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Consórcios Públicos Municipais podem solicitar a equivalência dos seus Serviços de Inspeção. A adesão do CIDES beneficia os municípios e suas empresas aderidas ao SIM.

O SIM-CIDES integra o Cadastro Geral do SISBI-POA e os produtos vinculados aos estabelecimentos por ele cadastrados poderão ser comercializados em todo território nacional, ampliando mercado, gerando emprego e renda aos municípios.

Portaria de Adesão SDA/MAPA Nº 923, de 13 de novembro de 2023.



**FAÇA PARTE DO AVANÇO NO DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO REGIONAL, JUNTE-SE AO SIM-CIDES!**

**Produto Inspeccionado:  
Benefícios também para a economia local!**



Confira abaixo no QR Code a área de comercialização  
de produtos com selo SIM



Municípios Consorciados

“  
Que seu remédio seja seu alimento, e que  
seu alimento seja seu remédio

Hipócrates ”

### SIM CIDES – Sede Uberlândia - MG



Av. Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, 3180 -  
Distrito Industrial, Uberlândia - MG, 38402-349  
CNPJ: 19.526.155/0001-94



contato: (034) 3254 - 9617/ 99668 - 0885



Coordenacao.simc@cides.com.br  
Visite nosso site: [www.cides.com.br](http://www.cides.com.br)



Banners tamanho 0,80 x 1,20 metros impresso em lona, com corda para pendurar –  
PROCON, CIRD, SIM CIDES E CIDES

BANNER PROCON – 1 UNIDADE








**2024**

# PROCON


REGIONAL CIDES

O Programa Regional de Proteção e Defesa do Consumidor do CIDES tem como missão principal equilibrar e harmonizar as relações entre consumidores e fornecedores.

-  Orientações
-  Fiscalização
-  Ações educativas
-  Conciliações
-  Renegociação de dívida

 [fb.com/mgcides](https://fb.com/mgcides)  [cides.com.br](https://cides.com.br)  [cidesmg](https://cidesmg)


BANNER PROCON – 1 UNIDADE



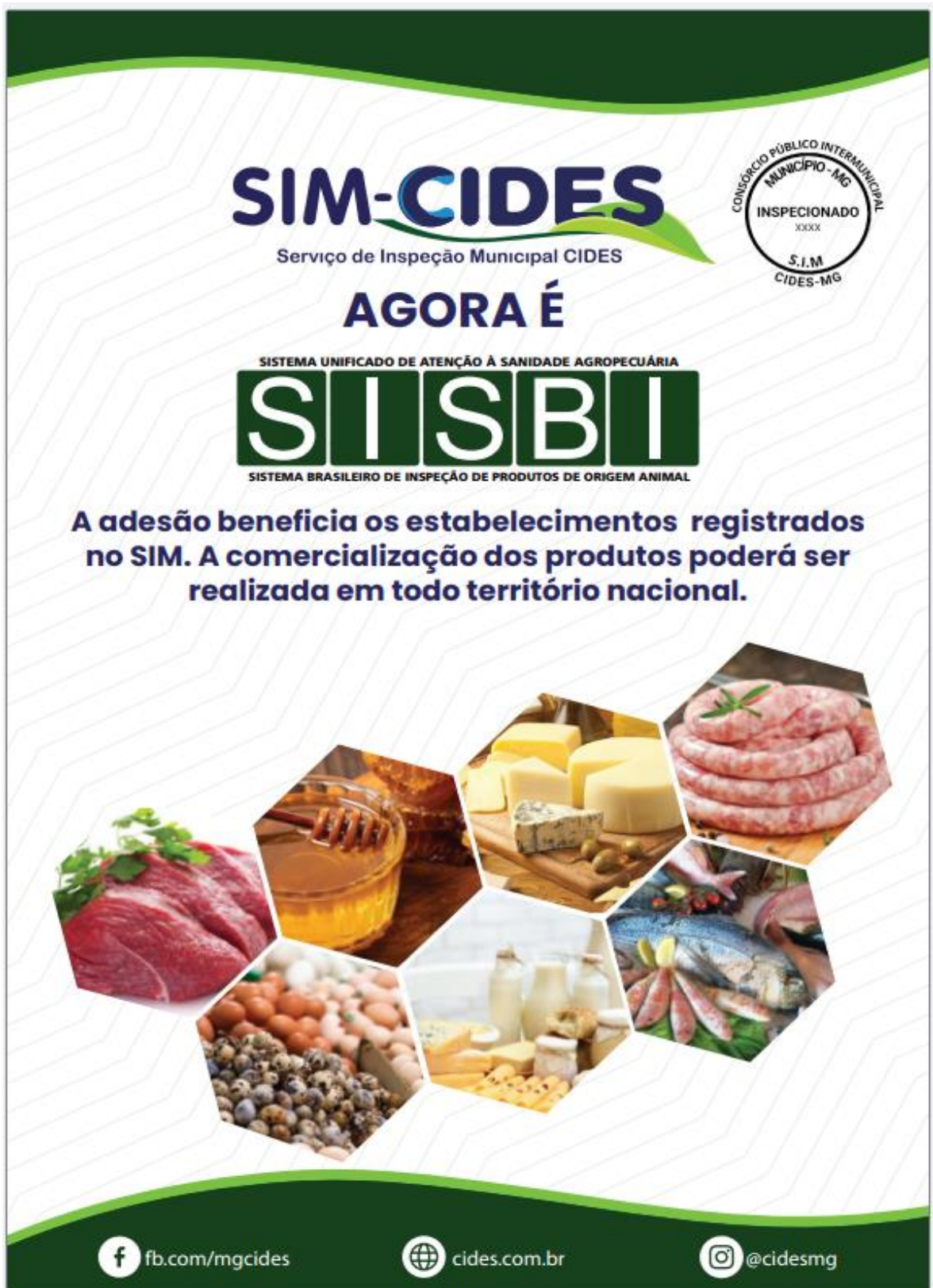
**AQUI TEM  
PROCON**  
REGIONAL CIDES

O PROCON REGIONAL CIDES é uma ação consorciada que visa ampliar a proteção e defesa do consumidor em Municípios que ainda não possuem o serviço.

[www.cides.com.br/procon-regional-cides](http://www.cides.com.br/procon-regional-cides)

 [fb.com/mgcidess](https://www.facebook.com/mgcidess)  [@cidesmg](https://www.instagram.com/cidesmg)

BANNER SIM CIDES – 2 UNIDADES



**SIM-CIDES**  
Serviço de Inspeção Municipal CIDES

**AGORA É**  
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA  
**SISBI**  
SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

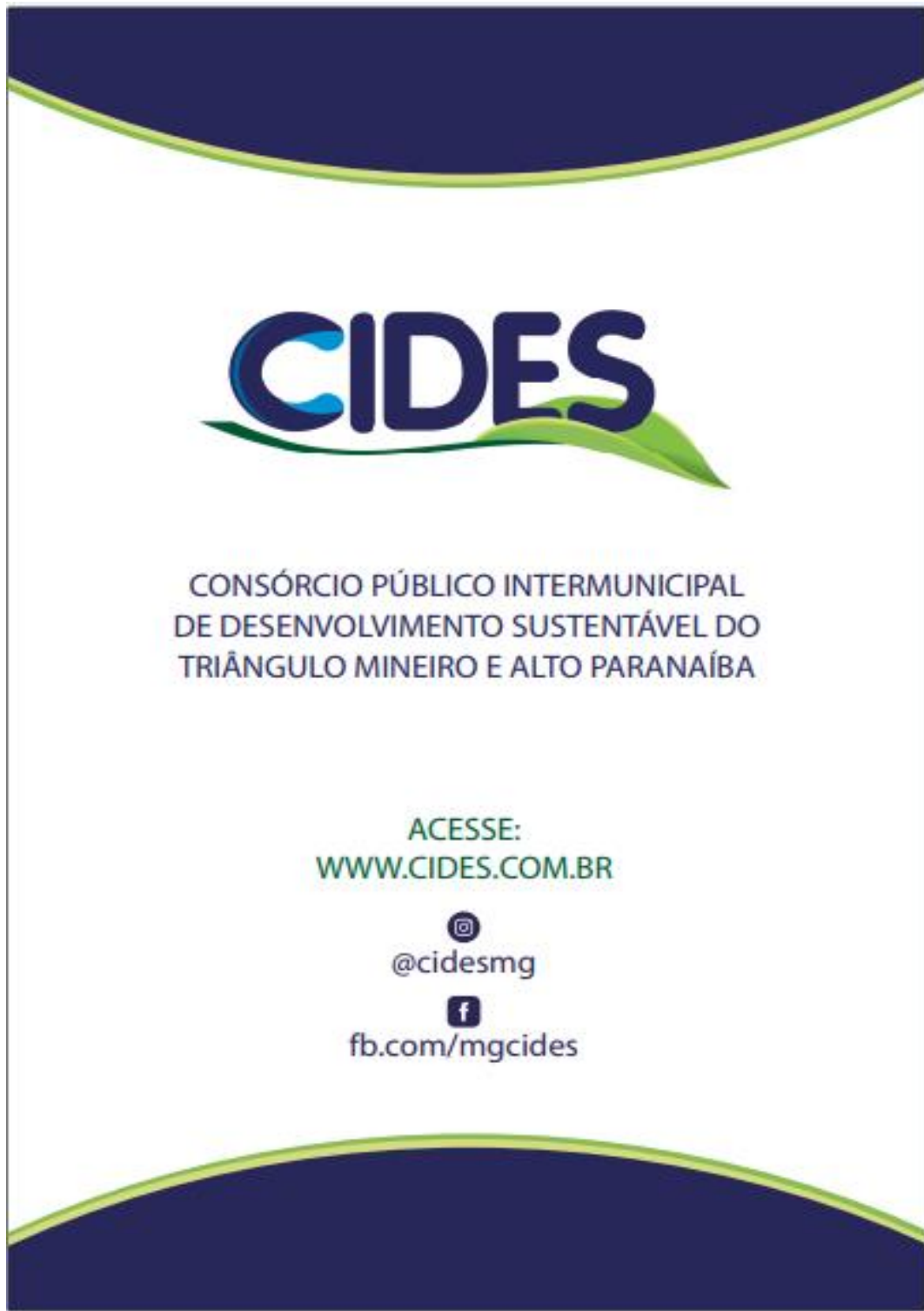
**A adesão beneficia os estabelecimentos registrados no SIM. A comercialização dos produtos poderá ser realizada em todo território nacional.**

fb.com/mgcides | cides.com.br | @cidesmg



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

**BANNER CIDES – 1 UNIDADE**



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

ACESSE:  
[WWW.CIDES.COM.BR](http://WWW.CIDES.COM.BR)



@cidesmg



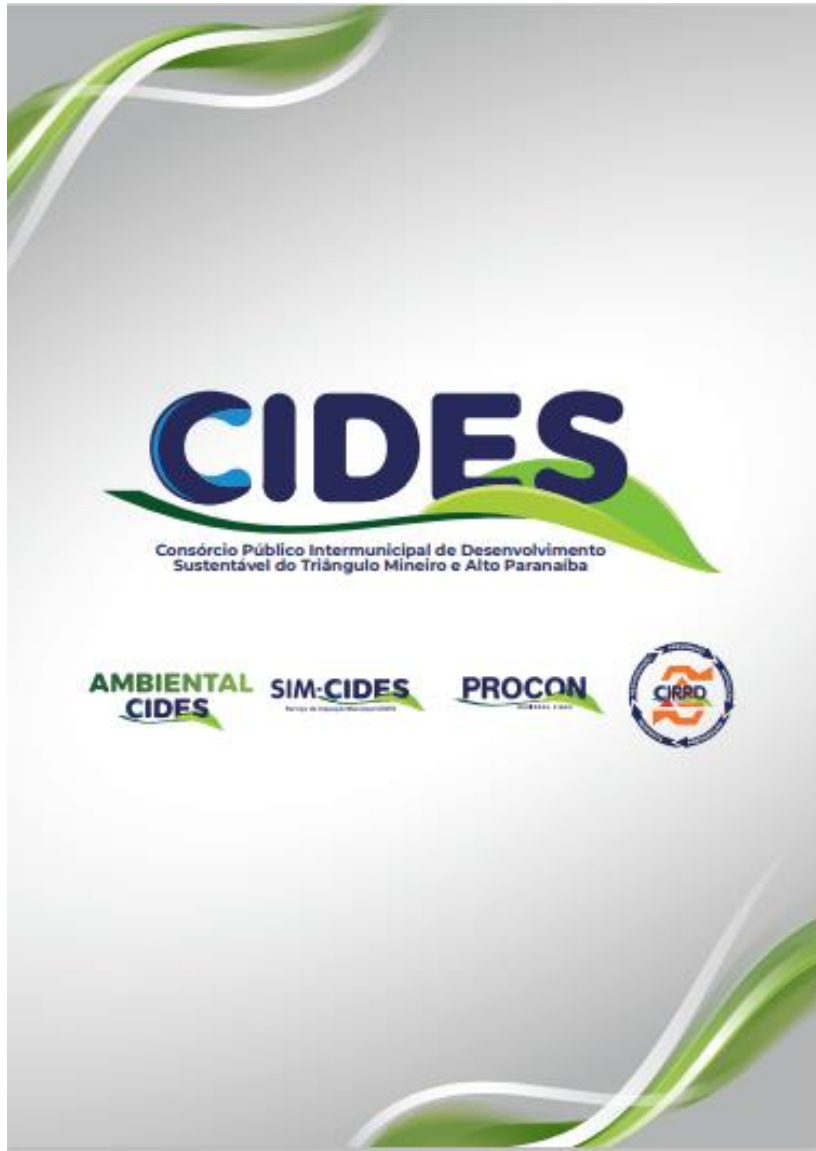
[fb.com/mgcides](https://fb.com/mgcides)



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Confecção de anotação personalizado com 20 folhas cada, nas dimensões: 14 cm x 10 cm,  
folhas internas em papel sulfite 75G, capa e contracapa em papel couchê brilho 115G

**CAPA BLOCO DE ANOTAÇÃO – 500 BLOCOS COM 20 FOLHAS CADA**





Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

## CONTRA CAPA BLOCO DE ANOTAÇÃO





PANFLETOS (FRENTE E VERSO – 1 PÁGINA) TAMANHO 21 X 15 CENTÍMETROS EM  
PAPEL COUCHÉ COM GRAMATURA 115 – 1000 UNIDADES

## DICAS

## BLACK FRIDAY



PROCON  
REGIONAL CIDES

### PLANEJAMENTO

É de extrema importância se planejar, fazendo lista do que você pretende comprar e pesquisando os preços dos produtos em pelo menos 03 três lojas diferentes e, se possível, em períodos anteriores à black friday.

### PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O ponto principal no qual o consumidor precisa ficar alerta é no valor dos produtos e serviços e nas formas de pagamento, à vista ou parcelado, para que, efetivamente, não seja induzido em erro.

O preço da oferta deve estar exposto e visível, devendo ser cumprido no ato da compra. Todas as ofertas anunciadas por sites e lojas físicas precisam ser cumpridas, inclusive quanto a produtos importados comprados no Brasil.

**ALERTA: Algumas empresas destacam apenas o valor da parcela e em letras menores a quantidade de prestações, fique atento! Exija nota fiscal.**

### OFERTAS IMPERDÍVEIS

Desconfie de ofertas com valores muito abaixo do mercado. Na dúvida, pesquise um pouco mais sobre aquele item específico em promoção;

Atente-se com a publicidade enganosa. Verifique os descontos no próprio site antes de clicar nos anúncios para que não entre em sites falsos e golpes.

**CAUTELA: Por mais irresistível que possa parecer, suspeite e não compre por impulso. Uma promoção irresistível, um site falso, pode se tornar um grande prejuízo ao consumidor. Evite cair em golpes.**

### COMPRAS PELA INTERNET ON-LINE

Procure comprar em sites conhecidos. Verifique sempre a segurança do site antes de efetuar a compra. Pesquise opiniões de outros consumidores nos sites como Reclame Aqui, Consumidor.gov ou até mesmo no Procon. Verifique atentamente a descrição do produto, preço, marca, quantidade, condições, prazo de entrega, contato do fornecedor e canais de atendimento ao consumidor. Lembre-se de checar também o valor do frete, caso este não esteja incluído na contratação. • Mantenha o dispositivo móvel ou computador sempre protegido com senhas e antivírus atualizado; • Mantenha firewall atualizado e utilize redes de wi-fi seguras.

**ALERTA: Após efetuar o pagamento, acompanhe a fatura do cartão e, ao verificar qualquer problema, comunique imediatamente à administradora ou banco.**

## DICAS

## BLACK FRIDAY

### HISTÓRICO DE PREÇO

Acompanhe a evolução dos preços. Registre o preço do produto de seu interesse antecipadamente, para depois verificar se a promoção é verdadeira. Existem plataformas on-line que acompanham a evolução dos preços de mercadorias ao longo do tempo para garantir a escolha do melhor preço. Vale a pena gastar um tempo na pesquisa antes da contratação.

### TROCA DE PRODUTOS

- Lembre-se que o direito de arrependimento, a ser exercido no prazo de 07 dias do recebimento do produto, aplica-se somente quando a contratação de produto/serviço é realizada fora do estabelecimento comercial, isto é, pela internet, catálogo, reembolso postal, quiosques de vendas, telefone, em domicílio, vendedores na porta de casa, etc.;
- Se a compra foi realizada presencialmente, dentro da loja, o fornecedor não é obrigado a fazer a troca, a não ser em caso de defeito ou vício;
- Em caso de defeito do Produto/Serviço o Código de Defesa do Consumidor aponta prazo de 30 dias para o consumidor reclamar no caso de produtos não duráveis (cosméticos, produtos alimentícios, medicamentos, etc.) e 90 dias para itens duráveis (eletrodomésticos, eletrônicos, automóveis, etc.);
- O fornecedor tem 30 dias para resolver o problema. Não resolvido, o consumidor pode escolher dentre as seguintes opções: a) substituição do produto por outro da mesma espécie; b) restituição imediata da quantia paga ou; c) abatimento proporcional do preço.
- Fique atento à política de troca do estabelecimento.



**EM CASO DE DÚVIDAS, PROCURE A UNIDADE DO PROCON REGIONAL  
CIDES DA SUA CIDADE**

**Araporã, Campina Verde, Cascalho Rico,  
Douradoquara, Indianópolis, Nova Ponte, Prata,  
Santa Vitória**

